

Diniz critica as 'duras regras' estabelecidas

Da sucursal de
BRASILIA

O diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, representante do comércio no Conselho Monetário Nacional, criticou ontem as duras regras fixadas pelo órgão para a economia em 1983, considerando excessivamente rigorosa a limitação dos empréstimos externos em US\$ 10,6 bilhões, o que aumentará o endividamento do País em 8% somente. Já o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, enfatizou que a meta de captação externa é viável, já que dificilmente o Brasil conseguirá obter mais que os US\$ 10,6 bilhões previstos, em 1983.

Diniz disse que só votou pela aprovação das medidas depois que as autoridades econômicas garantiram, na reunião do CMN, que tudo será feito no sentido de não se provocar uma recessão no País, "pois recessão, desemprego e quebras de empresas seriam simplesmente insuportáveis entre nós". Para ele, a redução da captação de crédito externo para 10,6 bilhões de dólares, em 1983, não é "nada razoável", porque o Brasil poderá conseguir mais dois a três bilhões de dólares — além dos US\$ 10,6 bilhões previstos pelo CMN — no mercado financeiro internacional, o que possibilitaria menor necessidade de superávit na balança comercial.

Afinal, destacou, o que assusta no documento aprovado pelo CMN é, justamente, a proposta de se conseguir um superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial. Em sua opinião, essa meta é "muito ambiciosa". Ele estimou que, com muito esforço, se alcançará um superávit comercial de 3 a 4 bilhões de dólares, com o consequente aumento da captação em mais 2 ou 3 bilhões de dólares.

O diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar reconheceu, contudo, que a captação externa está bastante difícil atualmente e "até desconfia" de que, dificilmente, o Brasil alcançará, este ano, a meta de US\$ 17 bilhões em créditos externos, prevendo algo em torno de US\$ 15 bilhões.

SUPERÁVIT "VIÁVEL"

O presidente da Fiesp, por sua vez, mostrou-se confiante na viabilidade da obtenção de um superávit comercial de US\$ 6 bilhões, com um corte de 20,5 para 17 bilhões de dólares nas importações e com as exportações atingindo US\$ 23 bilhões. Ele acredita que, em contrapartida ao corte das importações, haverá um esforço para sua substituição pela indústria nacional, que deverá traduzir-se em reativação da economia, ao contrário da recessão prevista por diversos segmentos empresariais e economistas da oposição. Além disso, considerou que a dificuldade em obter crédito externo impõe a meta de US\$ 17 bilhões para as compras externas em 83.

Vidigal enfatizou, também, que a redução do déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos de 14 para 6,9 bilhões de dólares, no próximo ano, terá como consequência prática e imediata a redução das taxas de juros internas. Atualmente, explicou, os juros internos estão altos por causa da necessidade de captar recursos externos para o fechamento do balanço de pagamentos. Assim, com a diminuição da captação, em função da retração dos credores, diminuirá também a pressão sobre as taxas de juros, o que estimulará a formação de estoques e tenderá, automaticamente, a uma valorização das cotações de preços dos produtos primários.

Essa, porém, não é a opinião de Diniz, para quem a recuperação dos preços das commodities — que considerou condição básica para a obtenção do superávit comercial previsto — só ocorrerá depois do segundo semestre de 1983, não sendo favorecida nem mesmo pela baixa dos juros no Exterior.

Por outro lado, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho previu, para o próximo ano, uma queda na oferta de empregos no setor industrial, em função das incertezas que as indústrias enfrentarão, acrescentando esperar um deslocamento da mão-de-obra emergente para outros setores da economia, principalmente o comércio e o setor agrícola.